GATTI, Bernardetti Angelina; BARRETO, Elba Siqueira de Sá, ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo de Afonso. *Políticas Docentes no Brasil*: um estado da arte. Brasília: UNESCO, 2011. 300p.

Maria Amabile Mansutti

Nota de Leitura

A publicação resulta de parceria entre a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e o Ministério de Educação (MEC), com apoio do Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED) e da União Nacional de Dirigentes Municipais (UNDIME). Aborda a dinâmica das políticas docentes implantadas no Brasil, traçando um panorama sobre a profissão docente no País. Apresenta análise crítica relativa a essas políticas, a qual permite sustentar com fundamentação consistente a proposição de ações mais articuladas, em políticas futuras.

O escopo do trabalho consiste na identificação e análise de políticas de formação inicial e continuada de professores, carreira docente, formas de ingresso no magistério, progressão na carreira, avaliação de docentes, acompanhamento de professores iniciantes e subsídios ao trabalho docente, visando à melhoria do desempenho de alunos.

A análise produzida ancora-se no contexto social contemporâneo, com base em algumas perspectivas sociológicas, tratando a problemática da formação e do trabalho dos professores no interior da dinâmica dos movimentos da sociedade. Estabelece relações entre as políticas docentes e outras políticas públicas educacionais, em especial as de

financiamento da educação.

Parte de uma pesquisa documental proveniente de fontes de órgãos públicos e órgãos de pesquisa, instituições de ensino superior e outras entidades e de estudos de caso realizados em cinco secretarias estaduais e dez secretarias municipais de educação. Os estudos de caso apontaram pressupostos e direcionamentos, riquezas e fragilidades das políticas públicas docentes, em diferentes níveis das instâncias federadas. A literatura acadêmica permitiu traçar ponderações sobre aspectos polêmicos e questionar encaminhamentos adotados por essas políticas.

Como marcas das ações políticas voltadas para o magistério, o estudo destaca alguns pontos. Com relação à política nacional de formação em serviço, o MEC assume postura de responsabilização do poder público pelo desempenho e pela carreira dos professores da educação básica e acena como horizonte para a instituição de um sistema nacional de educação. Essa questão reveste-se de especial complexidade dado o tamanho continental do País e o regime de pluralidade entre os entes federados, que incluem União, estados e municípios. Uma tônica predominante das propostas gestadas nas diferentes instâncias de governo mostra que as ações, cada vez mais, são pautadas pelos resultados das avaliações padronizadas dos alunos, destacando crescente mobilização das redes de ensino e políticas mais focalizadas no direito de aprender. Entretanto, as autoras alertam para a falta de clareza sobre os resultados a que esse modelo pode chegar e recomendam que não se perca a perspectiva de intervenções articuladas e sistêmicas sob a forma de políticas de Estado.

Quanto à formação inicial, atesta-se a diminuição na procura por algumas licenciaturas e maior número de matrículas em cursos a distância do que em presenciais, no que se refere aos cursos de pedagogia ou normal superior, ainda que a preferência do MEC seja por cursos presenciais. Aponta-se a fragmentação na análise das necessidades formativas de futuros docentes e as generalidades observadas nos conteúdos curriculares como reveladoras da ausência de uma política voltada para os currículos para formar docentes.

Sobre planos de carreira, constata-se que as discussões estão em crescente processo e indicam avanços nos últimos cinco anos. Entretanto, destaca-se que muitos dos ajustes em relação ao que a legislação determina – piso salarial nacional, financiamento – ainda não estão assimilados por vários estados e municípios. A despeito dessa fragilidade, foram encontradas, em algumas secretarias de educação, iniciativas de caráter bastante inovador

sobre planos de carreira pautados em sistemas de progressão profissional, que levam em conta diversos fatores da atuação do docente, incluindo avaliação de desempenho sob variadas formas.

A contribuição desta publicação aos debates sobre formação inicial e continuada, planos de carreira, condições de trabalho e valorização dos docentes consiste em revelar um grande leque de alternativas que estão sendo ensaiadas pelas políticas públicas, em forma de sugestões implementadas em circunstâncias particulares dos diversos contextos educacionais brasileiros, como possibilidades de reverter condições de exercício do magistério e de contribuir para elevar a educação brasileira a outro patamar.